

27/02/2018 11:49:03 - EMPRESAS E SETORES

SABESP/KELMAN: DESMONTAR SUBSÍDIO CRUZADO É EXTREMAMENTE PERIGOSO SEM ALGO QUE O SUBSTITUA

São Paulo, 27/02/2018 - O presidente da Sabesp, Jerson Kelman, classificou como “extremamente perigosa” a proposta de se “desmontar” o sistema de subsídio cruzado no setor de saneamento brasileiro sem que haja alguma compensação. Assim como algumas entidades do setor, o executivo também entende de que o sistema de subsídio cruzado em saneamento sairia prejudicado caso o governo insista na ideia de tornar obrigatório o chamamento público antes de firmar os contratos de programa para a prestação dos serviços.

Kelman participa de um seminário organizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) para discutir as propostas de revisão do marco regulatório do setor, que deve ocorrer por medida provisória.

O executivo lembra que, no texto da medida provisória apresentado no final do ano passado, se propõe a criação de um fundo de universalização para financiar os serviços de saneamento. “Pode ser um caminho”, afirma. Entretanto, para ele, o texto não traz realmente um avanço ao setor, pois “se refere vagamente a um fundo de universalização sem dar os mecanismos de como isso iria funcionar”.

Na minuta da medida provisória divulgada a entidades do setor em novembro do ano passado, o artigo 10-A, que altera o modo como os contratos de programa são celebrados hoje, propõe que as empresas participantes de uma eventual licitação tragam um “adicional tarifário” à sua proposta, que seria destinado a fundo de universalização dos serviços de saneamento.

“O proponente deverá adicionar, à sua proposta de tarifa a ser praticada, porcentual mínimo de adicional tarifário que será destinado a fundo de universalização de saneamento básico, instituído por lei estadual, que deverá priorizar o financiamento de investimentos em saneamento básico nos municípios que apresentarem os menores índices de cobertura”, diz a minuta.

Não há informações se esse e outros pontos foram alterados pelo governo após discussões e reuniões com entidades do setor. (Leticia Fucuchima - leticia.fucuchima@estadao.com)